



**PROVA OBJETIVA – EDITAL 01/2023 – PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DOS
CONSELHEIROS TUTELARES**

Nome: _____

Data: ____/____/____

CPF: _____

1- Sem prejuízo de outras providências legais, os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao:

- (A) Secretário Municipal da Infância e da Juventude.
- (B) Representante da Defensoria Pública.
- (C) Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- (D) Procurador do Estado da Vara da Infância e da Juventude.

2- Sobre os direitos individuais contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- (A) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
- (B) O adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão.
- (C) A apreensão de qualquer adolescente será comunicada à autoridade policial competente.
- (D) Não poderá haver internação de adolescente infrator antes da sentença judicial ou administrativa.

3- Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente medidas socioeducativas, dentre as quais:

- (A) Orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- (B) Repreensão por escrito e restituição do objeto danificado.
- (C) Liberdade representada com a finalidade de orientação.
- (D) Advertência, que será aplicada independentemente de prova da materialidade da infração.

4- Em relação à medida socioeducativa de internação, assinale a alternativa correta.

- (A) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- (B) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, no máximo a cada seis meses, mediante decisão fundamentada.
- (C) A desinternação não necessita ser precedida de autorização judicial.
- (D) Não será permitida a realização de atividades externas, mesmo a critério de uma determinação judicial.



5- São diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente:

- (A) Serviços gerais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de crueldade e opressão.
- (B) Políticas e programas de assistência social, em caráter permanente, para todos.
- (C) Criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político administrativa.
- (D) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos e deveres.

6- As entidades que desenvolvam programas de abrigo à criança e ao adolescente deverão adotar o seguinte princípio:

- (A) Observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes.
- (B) Desmembramentos de grupos de irmãos em famílias substitutivas.
- (C) Proceder a estudo social e pessoal de cada caso.
- (D) Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

7- São atribuições do Conselho Tutelar:

- (A) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando a medida de encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- (B) Assessorar o Poder Legislativo local na elaboração da proposta orçamentária para planos de atendimento à criança.
- (C) Expedir declarações e outros documentos relativos ao adolescente.
- (D) Propor ações que visem à suspensão ou perda do pátrio poder.

8- O Conselho Tutelar, criado no âmbito dos municípios, é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de:

- (A) Promover o desenvolvimento físico e emocional da criança e do adolescente.
- (B) Julgar os casos de discriminação e maus tratos à criança e ao adolescente.
- (C) Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- (D) Decidir sobre a guarda e adoção de crianças abandonadas.

09) Quais são os princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente?

- A) Proteção integral, prioridade absoluta e participação.
- B) Liberdade irrestrita, igualdade social e respeito aos mais velhos.
- C) Benefícios fiscais, obrigatoriedade escolar e assistência médica.
- D) Responsabilidade parental, solidariedade e liberdade de expressão.



10) A medida socioeducativa de internação será legítima na hipótese de:

- A) O Juiz constatar gravidade em abstrato da prática de ato infracional.
- B) O menor ter praticado ato infracional análogo ao tráfico de drogas.
- C) O menor ser reincidente na prática de ato infracional.
- D) O menor ter cometido reiteradamente infrações graves.

11- A Lei 13.509/2017 introduziu o artigo 19-A no Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual determina que as gestantes ou mães que demonstrem interesse em entregar seu filho para adoção deverão ser encaminhadas para:

- A) Ao Conselho Tutelar
- B) A Justiça da Infância e da Juventude
- C) Ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- D) A Instituição de Acolhimento -Abrigo

12- Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, a primeira Instituição a atuar na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes deve ser:

- A) O Estado;
- B) O Conselho Tutelar;
- C) A Família;
- D) A Escola;

13- De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia da prioridade absoluta compreende:

- A) A corresponsabilidade da família, do Estado e da sociedade em assegurar a efetivação dos direitos fundamentais a crianças e adolescentes.
- B) A primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- C) A efetivação de direitos especiais em razão da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- D) O alcance dos direitos a todas as crianças e adolescentes, sem qualquer distinção.



14- A atual doutrina da proteção integral, que rege o direito da criança e do adolescente, reconhece crianças e adolescentes como:

- A) Objetos de proteção do Estado e de medidas judiciais, mas que devem ser responsabilizados pela própria situação de irregularidade.
- B) Sujeitos de direito, devendo o Estado, a família e a sociedade lhes assegurar direitos fundamentais.
- C) Objetos de proteção do Estado e de medidas judiciais, sendo o Estado o principal responsável por lhes assegurar direitos.
- D) Sujeitos de direito que devem ser responsabilizados pela própria situação de irregularidade.

15- Conforme disposto no art. 129 da Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, são medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

- I. Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- II. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- III. Afastamento da moradia comum;
- IV. Advertência;

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas a alternativa I está correta;
- B) Apenas as alternativas I e III estão corretas;
- C) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas;
- D) Apenas as alternativas III e IV estão corretas.

16- As regras estabelecidas dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), podem ser aplicadas a quem:

- A) Somente para as crianças.
- B) Somente para os adolescentes.
- C) Excepcionalmente para pessoas entre 18 a 21 anos.
- D) Somente para os idosos.



17- A inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente é considerado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A) Direito à opinião.
- B) Direito à liberdade.
- C) À dignidade pessoal.
- D) Direito ao respeito.

18- Em relação à adoção, assinale a alternativa correta.

- A) Irmãos podem adotar uns aos outros.
- B) Pessoa maior de dezoito anos de idade pode adotar, desde que casada.
- C) O adotante deve ser pelo menos dezesseis anos mais velho que o adotando.
- D) A adoção pode ser feita por procuração.

19- A Lei nº 8.069/1990, estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras disposições, traz os direitos sociais e a proteção integral desse público. No que se refere ao que o documento estabelece sobre o direito à educação de alunos e alunas com deficiência, assinale a alternativa correta:

- A) Segundo o documento, crianças e adolescentes abrigadas devem ter garantida a escola no abrigo onde moram, não sendo obrigatória a frequência na escola regular.
- B) A Lei nº 8.069 não estabelece diretrizes referentes à educação de alunos e alunas com deficiência, o documento apenas dispõe as ações do Conselho Tutelar, em caso de maus tratos.
- C) O ECA defende que as crianças com deficiência devem estar matriculadas em escolas especiais, espaços que garantem a aprendizagem desse público-alvo.
- D) O ECA estabelece que o Estado deve assegurar atendimento educacional especializado aos alunos e alunas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

20- Sobre o direito à Convivência Familiar e Comunitária previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- A) O acolhimento institucional é medida provisória e excepcional, não implicando em privação de liberdade, salvo em caso de determinação judicial nesse sentido.
- B) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar será reavaliada a cada seis meses, não podendo superar o prazo de dois anos, salvo comprovada necessidade.
- C) À pessoa maior de dezoito anos é assegurado o direito a conhecer sua origem biológica, inclusive com o acesso irrestrito ao processo no qual a medida de adoção foi aplicada.
- D) A família natural prefere à família substituta e esta, por sua vez, prefere à família extensa.



21- O Conselho Tutelar, nos termos da Lei nº 8.069/90, é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, e é composto de:

- A) Três membros, com mandato de dois anos.
- B) Quatro membros, com mandato de cinco anos.
- C) Cinco membros, com mandato de quatro anos.
- D) Cinco membros, com mandato de cinco anos

22- De acordo com o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária”. É estabelecido como prioridade no texto da referida Lei:

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- III. Preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas.
- IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção a infância e a juventude.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas IV é incorreta.
- C) Todas estão corretas.
- D) Apenas I e III estão corretas.

23- Quais os direitos fundamentais garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente?

- A) Educação, Saúde, Alimentação, Dignidade e Lazer
- B) Habitação, Trabalho, Segurança e Liberdade de expressão
- C) Assistência jurídica, Liberdade de locomoção e Acesso a Cultura
- D) Privacidade, Igualdade de oportunidades e direito ao voto



24- Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva _____ e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.

- A) Da autoridade judiciária;
- B) Do Conselho Tutelar;
- C) Da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- D) Do abrigo.

25) O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a Lei. Qual das opções abaixo **NÃO** é uma medida socioeducativa prevista pelo estatuto?

- A) Liberdade assistida.
- B) Prestação de serviço a comunidade.
- C) Internação em estabelecimento educacional.
- D) Prisão em regime fechado.

26) Qual é a punição prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para quem vende bebidas alcoólicas a menores de idade?

- A) Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- B) Pena - detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- C) Pena - detenção de 6 (meses) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- D) Pena - detenção de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

27) O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a criança e ao adolescente têm direito a liberdade, respeito e a dignidade. Isso implica em:

- A) Proibir qualquer forma de trabalho para crianças e adolescentes.
- B) Permitir que crianças e adolescentes, decidam sobre suas próprias vidas.
- C) Garantir tratamento justo e humano, sem qualquer forma de discriminação.
- D) Conceder autonomia plena para crianças e adolescentes em todas as decisões.



28) O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que as crianças e adolescentes tem direito a saúde. Quem é o responsável por garantir esse direito?

- A) Apenas o Estado.
- B) Apenas os pais.
- C) Apenas os profissionais de saúde.
- D) O Estado, Família e Sociedade.

29- De acordo com o Título VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 231, a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente deve fazer “imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.”

- A) Três meses a um ano;
- B) Seis meses a dois anos;
- C) Seis meses a três anos;
- D) Um ano a três anos;

30- Diante do Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a prática de ato infracional e a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, **EXCETO**:

- A) Obrigação de reparar o dano.
- B) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- C) Liberdade assistida.
- D) Inserção em regime de semiliberdade.